



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Título: **MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA, ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O OBJETO aqui tratado é: contratação de empresa especializada em construção civil para execução de **manutenção predial corretiva, adequação e adaptação de imóveis, com fornecimento de materiais**, a ser demandada pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de MS, tendo como referência o Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil (Tabela SINAPI) e composições próprias, sob MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) sobre a Tabela SINAPI.

1.1.1. O objetivo desta contratação é a **manutenção, adequação e adaptação das áreas utilizadas por este TRE** às normas de acessibilidade, às alterações necessárias nos prédios em cumprimento de exigência de órgãos superiores ou de controle e às demais necessidades que venham a surgir para melhor atendimento jurisdicional deste Tribunal.

1.1.2. Os serviços compreenderão basicamente: demolições; execução de alvenarias, divisórias e forros de gesso acartonado, impermeabilizações, pavimentações, revestimentos, forro, esquadrias, vidros, pintura, instalações hidrossanitárias, louças e metais sanitários, serviços relacionados à acessibilidade, remanejamento e manutenção das instalações de prevenção e combate a incêndio, instalações elétricas de baixa e alta tensão, cabeamento estruturado, rede de lógica, estruturas metálicas e de concreto armado, paisagismo, administração local, e outros serviços afins e correlatos, necessários ao perfeito funcionamento dos imóveis.

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	CATSER	VALOR ESTIMADO
1	Serviço de manutenção predial corretiva, adequação e adaptação de imóveis com fornecimento de materiais a ser demandada pela Administração do Tribunal Regional Eleitoral de MS.	Por Serviço	1	1627	1.500.000,00
INTERVALO MÍNIMO					0,01%

1.2. Em caso de divergência entre a descrição do fornecimento indicado no SIASG/COMPRASNET e os constantes deste Termo de Referência, prevalecerão estes últimos.

1.3. O regime da contratação será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme demanda**, com valores das Ordens de Serviço calculados pela Coordenadoria de Engenharia conforme art. 23, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e demais cláusulas constantes neste Termo de Referência.

1.3.1 O valor anual máximo estimado para esta contratação, é de **R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**.

1.3.2. Por se tratar de contratação com quantitativo estimado, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho**.

1.4. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o máximo de 10 (dez) anos, conforme art. 107 da mesma Lei, considerando que a presente contratação se trata de serviços continuados.

CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico (Capítulo 1) dos Estudos Técnicos Preliminares (1667420).

CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução para a presente demanda compreende a contratação do serviço de **manutenção predial corretiva, adequação e adaptação de imóveis com fornecimento de materiais**, para os prédios destinados à Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul, situados nas localidades relacionadas no quadro abaixo:

USO	MUNICÍPIOS	PRÓPRIO / LOCADO	TERRENO / EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO	BAIRRO/ CEP	ÁREA TERRENO (M2)	ÁREA CONSTRUÍDA (M2)
TRIBUNAL - SEDE	CAMPO GRANDE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA DESEMBARGADOR LEÃO NETO DO CARMO, 23	Bairro: Parque dos Poderes	11.045,00	5.858,95
Almox/ Dep. Urnas/ Arquivo	CAMPO GRANDE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 184	Bairro: Parque dos Poderes	6.256,82	3.730,75
Almox	CAMPO GRANDE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA DOUTOR ARTHUR JORGE, 2.755	Bairro: MONTE CASTELO	373,68	97,96
01ª Zona Eleitoral	AMAMBAI	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA ANTÔNIO MARTINS DUTRA, N. 1521	Bairro: CENTRO CEP: 79990000	800,00	229,17
02ª Zona Eleitoral	NAVIRAÍ	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	AV. IGUATEMI, 159	Bairro: CENTRO CEP: 79950000	501,72	198,61
03ª Zona Eleitoral	CASSILÂNDIA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA OLÍMPIO DIAS DOS SANTOS, 454	Bairro: ALTO IZANÓPOLIS CEP: 79540000	900,00	229,14
04ª Zona Eleitoral	FÁTIMA DO SUL	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA IPIRANGA, N. 841	Bairro: JARDIM PRIMAVERA CEP: 79700000	624,00	229,14
05ª Zona Eleitoral	NOVA ANDRADINA	LOCADO	EDIFICAÇÃO	RUA WALTER HUBACHER, 1220	Bairro: CENTRO CEP: 79750000	248,31	220,37
05ª Zona Eleitoral	NOVA ANDRADINA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA WALTER HUMBACHER, 1459	Bairro: CENTRO CEP: 79750000	1.500,00	238,10
06ª Zona Eleitoral	BATAGUASSU	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA ODORILHO FERREIRA, 135	Bairro: CENTRO CEP: 79780000	669,90	229,14
07ª Zona Eleitoral	CORUMBÁ	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA DUQUE DE CAXIAS, 45	Bairro: NOSSA SENHORA DE FÁTIMA CEP: 79320060	1.437,48	479,25
50ª Zona Eleitoral							
08ª Zona Eleitoral	CAMPO GRANDE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA DELEGADO JOSÉ ALFREDO HARDMAN, 180	Bairro: JARDIM VERANEIO CEP:	5.509,00	3.726,40
35ª Zona Eleitoral							
36ª Zona Eleitoral							
44ª Zona Eleitoral							

53ª Zona Eleitoral					79037106		
54ª Zona Eleitoral							
09ª Zona Eleitoral	TRÊS LAGOAS	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA ALFREDO JUSTINO, 1100	Bairro: BAIRRO CENTRO CEP: 79602090	585,60	478,28
51ª Zona Eleitoral							
10ª Zona Eleitoral	AQUIDAUANA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA NILZA FERRAZ RIBEIRO, N. 400	Bairro: CIDADE NOVA CEP: 79200000	1.000,00	218,21
11ª Zona Eleitoral	RIO BRILHANTE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	R RIO BRILHANTE, N 1114	Bairro: VILA MARIA CEP: 79130000	994,00	317,81
12ª Zona Eleitoral	COXIM	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA GENERAL MENDES DE MORAES, N. 86	Bairro: JARDIM AEROPORTO CEP: 79400000	800,00	317,81
13ª Zona Eleitoral	PARANAÍBA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA JOSÉ ROBALINHO DA SILVA, 235	Bairro: JARDIM SANTA MÔNICA CEP: 79500000	1.400,00	229,17
14ª Zona Eleitoral	CAMAPUÃ	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA JOÃO DA MOTA, 461	Bairro: VILA DIAMANTINA CEP: 79420000	1.000,00	317,85
15ª Zona Eleitoral	MIRANDA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA 7 DE SETEMBRO, 861	Bairro: CENTRO CEP: 79380000	800,00	317,85
16ª Zona Eleitoral	MARACAJU	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA APPA ,101	Bairro: CENTRO CEP: 79150000	600,00	313,80
17ª Zona Eleitoral	BELA VISTA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA SÃO GERALDO, 65	Bairro: CENTRO CEP: 79260000	880,00	249,28
18ª Zona Eleitoral	DOURADOS	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	R. MONTESE, 435	Bairro: JARDIM LONDRINA CEP: 79814540	1.800,00	815,62
43ª Zona Eleitoral							
19ª Zona Eleitoral	PONTA PORÃ	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA BALTAZAR SALDANHA, 1591	Bairro: JARDIM IPANEMA CEP: 79904204	1.800,00	599,76
52ª Zona Eleitoral							
20ª Zona Eleitoral	PORTO MURTINHO	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA CORONEL PONCE, 439	Bairro: CENTRO CEP: 79280000	490,00	276,23
21ª Zona Eleitoral	RIO VERDE DE MT	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	AVENIDA DOM PEDRO II, 240	Bairro: CENTRO CEP: 79480000	420,00	391,60

22ª Zona Eleitoral	JARDIM	LOCADO	EDIFICAÇÃO	RUA TEN. ERNANI GUSMÃO, N. 261	Bairro: CENTRO CEP: 79240000	800,00	378,69
23ª Zona Eleitoral	ÁGUA CLARA	LOCADO	EDIFICAÇÃO	RUA HARRISON CORREIA, N. 20	Bairro: CENTRO CEP: 79680000	480,00	257,67
23ª Zona Eleitoral	INOCÊNCIA	PRÓPRIO	TERRENO	RUA FERNANDES QUEIROZ DE SOUZA, LOTE 2 QUADRA H	Bairro: LOTEAMENTO NERCÍLIO FERREIRA LEAL	794,36	-----
24ª Zona Eleitoral	APARECIDA DO TABOADO	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA MATO GROSSO DO SUL, 3881	Bairro: JARDIM BRANDINI II CEP: 79570000	1.354,74	229,17
25ª Zona Eleitoral	ELDORADO	LOCADO	EDIFICAÇÃO	RUA IRMÃ ARISTELA, 531	Bairro: JARDIM DAS GREVÍLEAS CEP: 79970000	288,00	
25ª Zona Eleitoral - POSTO ATENDIMENTO	IGUATEMI	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA LAUDELINO PEIXOTO, 1229	CENTRO	630,00	208,07
26ª Zona Eleitoral	SONORA	LOCADO	EDIFICAÇÃO	AVENIDA MARCELO MIRANDA SOARES, 493	Bairro: CENTRO CEP: 79415000	504,00	254,78
27ª Zona Eleitoral	IVINHEMA	LOCADO	EDIFICAÇÃO	RUA FRANCISCO PIERETTI, 211	Bairro: GUIRAY CEP: 79740000	394,63	242,00
27ª Zona Eleitoral	IVINHEMA	PRÓPRIO	TERRENO	LOTE 5 QUADRA 39-C, LOTEAMENTO CIDADE DE IVINHEMA	Bairro: CENTRO	800,00	-----
28ª Zona Eleitoral	CAARAPÓ	LOCADO	EDIFICAÇÃO	AVENIDA DOM PEDRO II, 212 - CENTRO	Bairro: CENTRO CEP: 79940000		176,00
30ª Zona Eleitoral	BONITO	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA OLÍVIO JACQUES, 849	Bairro: VILA DONÁRIA CEP: 79290000	660,00	229,14
31ª Zona Eleitoral	SIDROLÂNDIA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA MINAS GERAIS, 1346	Bairro: CENTRO CEP: 79170000	800,00	317,81
32ª Zona Eleitoral	RIBAS DO RIO PARDO	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	AV. NELSON LYRIO, 2354	Bairro: CENTRO CEP: 79180000	1.200,00	317,81
33ª Zona Eleitoral	MUNDO NOVO	LOCADO	EDIFICAÇÃO	RUA TUPINAMBÁ, N.69 - CENTRO	Bairro: CENTRO CEP: 79980000	198,75	202,85
33ª Zona Eleitoral	MUNDO NOVO	PRÓPRIO	TERRENO	LOTE 01/M QUADRA 208-A DO PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO DE IGUATEMI	Bairro:	800,00	-----

34ª Zona Eleitoral	BANDEIRANTES	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA ARTHUR BERNARDES, 4032	Bairro: CENTRO CEP: 79430000	1.000,00	317,85
38ª Zona Eleitoral	COSTA RICA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 373	Bairro: BAIRRO SANTOS DUMONT CEP: 79550000	1.200,00	340,78
39ª Zona Eleitoral	DEODÁPOLIS	LOCADO	EDIFICAÇÃO	AV. GENÁRIO DA COSTA MATOS, N 730, CENTRO	Bairro: CENTRO CEP: 79790000	110,40	110,40
39ª Zona Eleitoral	DEODÁPOLIS	PRÓPRIO	TERRENO	LOTE 10 QUADRA 43-A	Bairro: JARDIM DEODÁPOLIS	360,00	-----
39ª Zona Eleitoral	DEODÁPOLIS	PRÓPRIO	TERRENO	LOTE 11 QUADRA 43-A	Bairro: JARDIM DEODÁPOLIS	360,00	-----
40ª Zona Eleitoral	SÃO GABRIEL DO OESTE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA SÃO PAULO, 2305	Bairro: CENTRO CEP: 79490000	1.125,00	317,85
40ª Zona Eleitoral	RIO NEGRO	PRÓPRIO	TERRENO	LOTE C QUADRA 32	Bairro:	752,00	-----
41ª Zona Eleitoral	BRASILÂNDIA	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA BARTOLOMEU VIANA CAVALCANTE, 183	Bairro: JARDIM CAMARGO CEP: 79670000	800,00	229,17
45ª Zona Eleitoral	NIOAQUE	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 167	Bairro: CENTRO CEP: 79220000	1.200,00	229,14
48ª Zona Eleitoral	CHAPADÃO DO SUL	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	AVENIDA MATO GROSSO DO SUL, 395	Bairro: PARQUE UNIÃO CEP: 79560000	1.200,00	317,85
49ª Zona Eleitoral	ANASTÁCIO	PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	AV. JUSCELINO KUBITSCHKE N 1495	Bairro: CENTRO CEP: 79210000	1.130,03	317,81
						42.620,84	25.305,09
RESUMO:		PRÓPRIO	EDIFICAÇÃO	36 IMÓVEIS			
		PRÓPRIO	TERRENO	6 IMÓVEIS			
		LOCADO	EDIFICAÇÃO	9 IMÓVEIS			
		TOTAL		51 IMÓVEIS			

3.1.1. A relação acima poderá ser alterada a critério do TRE/MS, em caso de nova construção, aquisição ou alteração de imóvel locado.

3.2. O rol das atividades a serem executadas serão Serviços de Engenharia, conforme **manutenção predial corretiva, adequação e adaptação de imóveis** corriqueiramente executados por este Tribunal, tais como:

- a) demolições;
- b) execução de alvenarias, divisórias e forros de gesso acartonado;
- c) impermeabilizações;
- d) pavimentações;
- e) revestimentos;
- f) esquadrias;
- g) vidros;
- h) pintura;

- i) instalações hidrossanitárias;
- j) louças e metais sanitários;
- k) serviços relacionados à acessibilidade;
- l) remanejamento e manutenção das instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico;
- m) instalações elétricas de baixa e alta tensão;
- n) cabeamento estruturado, rede de lógica;
- o) estruturas metálicas e de concreto armado;
- p) paisagismo;
- q) administração local;
- r) outros serviços afins e correlatos, necessários ao perfeito funcionamento dos imóveis.

3.3. Os normativos legais, infralegais ou técnicos que regem a sistemática da contratação do objeto pretendido são os seguintes:

- a) Lei nº 14.133/2021 – institui normas para licitações e contratos da Adm. Pública;
- b) Decreto nº 9.507/2018 – dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública.
- c) NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- d) Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de MS;
- e) Deverão ser observadas, na execução do objeto do presente estudo, as normas e códigos aplicáveis, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Normas e Regulamentos Internos do TRE/MS, em especial às especificações gerais e normas abaixo relacionadas, deverão ser consideradas como elementos base para a execução contratual, sendo que na falta ou omissão dessas normas deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações normas e regulamentos internacionais reconhecidos pelo setor como referência técnica.

3.4. Fica programado para o primeiro ano de vigência do contrato os seguintes serviços, que constarão nas suas respectivas Ordens de Serviços:

- a) Demolição do piso em bloquetes de concreto e execução de piso em concreto armado com acabamento polido em uma área de 1.850,00 m² no prédio que abriga os Cartórios Eleitorais em Campo Grande;
- b) Pintura interna e externa em uma área de 4.200,00 m² no prédio que abriga os Cartórios Eleitorais em Campo Grande;
- c) Instalação de estrutura metálica para suporte de aparelhos de ar condicionado de 100,00 m² no prédio Sede do TRE/MS em Campo Grande;
- d) Instalação de piso em porcelanato em uma área de 230,00 m² no Cartório Eleitoral de Três Lagoas;
- e) Instalação de tubulação metálica para hidrantes com comprimento de 60 m no prédio Sede do TRE/MS em Campo Grande.

CAPÍTULO IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

• SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Caso necessário, a contratada poderá subcontratar alguns serviços, desde que representem, no máximo, **40% (quarenta por cento)** do valor total estimado da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à Administração e Acompanhamento Técnico dos serviços.

4.1.1. A anuência para a subcontratação deverá ser previamente solicitada à Fiscalização, que analisará e, entendendo ser possível, autorizará a subcontratação.

• QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS DOCUMENTOS.

4.2. A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica operacional** apresentando a documentação abaixo:

4.2.1) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente;

4.2.2) Apresentação de Certidão de Acervo Operacional (emitido pelo CREA, CAU ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço, **em nome da empresa licitante**, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar (art.

67, II, da Lei 14.133/2021).

4.2.2.1) Entenda-se por serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, a **Execução de Manutenção Predial, Adequação, Adaptação, Reforma, Construção ou Ampliação de edificação, que contenham os seguintes serviços com as respectivas quantidades:**

4.2.2.1.1 Execução de piso em concreto armado com acabamento polido de área de no mínimo 900 m²;

4.2.2.1.2 Pintura interna ou externa de paredes ou teto de área de no mínimo 2.100 m²;

4.2.2.1.3 Execução de estrutura metálica de área construída de no mínimo 50 m²;

4.2.2.1.4 Instalação de piso porcelanato de área de no mínimo 115 m²;

4.2.2.1.5 Instalação de tubulação metálica em rede de alimentação de hidrantes de comprimento de no mínimo 30 m.

4.2.2.2) **Para atendimento ao item acima (serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar), serão adotados como parâmetro os quantitativos dos serviços que já estão confirmados para execução dentro da vigência do primeiro ano de contrato, conforme estipulado no Item 3.4 deste Termo de Referência, respeitando o estabelecido no art. 67, § 1º e § 2º, da Lei 14.133/2021.**

4.2.2.3. Será admitida a apresentação de uma Certidão ou Atestado para cada um dos 5 itens, não se admitindo o somatório de várias obras independentes, com metragens construídas inferiores, com fim de se alcançar as áreas acima apontadas em cada item.

4.3. A empresa licitante deverá comprovar sua **capacidade técnica profissional** mediante a apresentação da documentação abaixo:

4.3.1. Apresentar comprovação de vinculação em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior**, devidamente registrado junto ao CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, detentor de acervo técnico mínimo exigido para esta contratação.

4.3.1.1. O registro do profissional deverá ser comprovado com a apresentação de:

4.3.1.1.1. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, CAU ou outro conselho profissional competente.

4.3.1.2. A vinculação deste profissional com a empresa licitante deverá ser comprovada com:

4.3.1.2.1. Se empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

4.3.1.2.2. Se sócio: Contrato Social, com todas as alterações, devidamente registradas no órgão competente;

4.3.1.2.3. Se diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de empresa individual ou limitada; ou ainda, cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

4.3.1.2.4. Se autônomo ou subcontratado: ART ou RRT com indicação dos serviços prestados à licitante ou cópia do contrato de prestação de serviços entre o profissional e o licitante ou declaração de contratação futura do profissional, acompanhada de sua anuência.

4.3.1.3. Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (emitido pelo CREA, CAU ou outro conselho profissional competente) ou Atestado de Capacidade Técnica de execução de serviço emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, CAU ou outro conselho profissional competente, de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar.

4.3.1.3.1. Entenda-se por serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar, de acordo com a Lei 14.133. Art. 67, II, a **Execução de Manutenção Predial, Adequação, Adaptação, Reforma, Construção ou Ampliação de edificação, que contenham os seguintes serviços com as respectivas quantidades:**

4.3.1.3.1.1. Execução de piso em concreto armado com acabamento polido de área de no mínimo 900 m²;

4.3.1.3.1.2. Pintura interna ou externa de paredes ou teto de área de no mínimo 2.100 m²;

4.3.1.3.1.3. Execução de estrutura metálica de área construída de no mínimo 50 m²;

4.3.1.3.1.4. Instalação de piso porcelanato de área de no mínimo 115 m²;

4.3.1.3.1.5. Instalação de tubulação metálica em rede de alimentação de hidrantes de comprimento de no mínimo 30 m.

4.3.1.3.2. **Para atendimento ao item acima** (serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao que se pretende contratar), **serão adotados como parâmetro os quantitativos dos serviços que já estão confirmados para execução dentro da vigência do primeiro ano de contrato, conforme estipulado no Item 3.4 deste Termo de Referência, respeitando o estabelecido no art. 67, § 1º e § 2º, da Lei 14.133/2021.**

4.3.1.3.3. Será admitida a apresentação de uma Certidão ou Atestado para cada um dos 5 itens, não se admitindo o somatório de várias obras independentes, com metragens construídas inferiores, com fim de se alcançar as áreas acima apontadas em cada item.

4.4. Para a execução contratual, será obrigatória a comprovação da empresa contratada possuir sede, filial ou escritório em Campo Grande/MS, devido à própria natureza da contratação, por demanda, que por vezes a execução deve ser quase que instantaneamente, bem como pelos seguintes aspectos:

4.4.1. Em que pese as localidades constantes da cláusula 3.1, os imóveis localizados na Capital somam uma área de 23.184,50m² de área total (representando 54% do Parque Imobiliário) e 13.414,06m² de área construída (representando 53% do Parque Imobiliário) e certamente terão a maioria da demanda dos serviços de engenharia a serem executados;

4.4.2. Por ser uma contratação de Serviços de Engenharia, a contratada deverá possuir o registro no respectivo Conselho de Classe, CREA/MS, CAU/MS ou outro conselho competente, com jurisdição no Mato Grosso do Sul;

4.4.3. Rapidez na prestação dos serviços e no fornecimento dos insumos (materiais, equipamentos, ferramentas e maquinários) destinados às atividades nos imóveis da Capital;

4.4.4. Suporte Administrativo e Técnico aos funcionários que realizarão os serviços no dia a dia;

4.4.5. Agilidade no atendimento junto ao Contratante, principalmente, no que se refere à execução de serviços mais complexos a serem desempenhados pelos profissionais. Orientações e procedimentos mais eficazes relacionados a técnica de execução.

4.5. O prazo para comprovação de instalação de sede/filial/escritório em Campo Grande/MS será de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato (Acórdão 1214/2103 - TCU PLENÁRIO e IN 05/2017 MPDG).

4.6. A exigência de se ter uma sede/filial/escritório nesta Capital se faz necessária para melhor comunicação e controle sobre a contratada, principalmente com relação aos atos e omissões verificados na execução dos serviços. Pois, na contratação dos serviços terceirizados, a fiscalização e o poder disciplinar exercidos pela Administração Pública é feita sobre a Empresa Contratada e não sobre os empregados dela que prestam serviços neste Órgão.

4.7. A importância da Sede, Filial ou escritório na Capital também decorre da análise de licitações similares realizadas anteriormente por este órgão, onde se constatou um alto índice de problemas relacionados com a execução dos serviços acarretados por ausência de local fixo em Campo Grande, tais como: faltas, controles de horários, ausência de ferramentas adequadas, tempo de retorno da Contratada superior aos padrões normais de atendimento, quanto as reclamações realizadas pela Fiscalização, uniformes sujos, asseio a desejar e outros. Já os contratos atuais de cessão de mão de obra para manutenção predial (Contrato TRE/MS 32/2022) e de elaboração de projetos e serviços técnicos de engenharia por demanda (Contrato TRE/MS 2/2023) possuem a obrigatoriedade de Sede, Filial ou escritório na Capital e atualmente contam com a execução dos serviços de forma muito satisfatória nos quesitos apontados nos itens acima.

4.8 Garantia: será exigida a prestação de garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado total do Contrato.

4.8.1 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

CAPÍTULO V - VISTORIA TÉCNICA

5.1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, **sendo recomendada** a vistoria dos imóveis pertencentes ao TRE/MS, para que obtenha as informações necessárias para formação da proposta.

5.2. O licitante **poderá** vistoriar os locais para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia do **Coordenador de Engenharia ou servidor indicado por ele.**

5.2.1. A visita poderá ser agendada junto à Coordenadoria de Engenharia, através do telefone (67) 2107-7221 ou através do e-mail coeng@tre-ms.jus.br.

5.3. A visita tem como objetivo a análise dos locais em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes. Serão

de responsabilidade do CONTRATADO eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais onde serão realizados os serviços.

5.4. Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

CAPÍTULO VI - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. Os procedimentos para execução dos serviços serão os seguintes:

6.1.1. O corpo técnico do TRE/MS irá identificar as necessidades e realizar levantamento do tipo de serviço e suas quantidades;

6.1.2. Será elaborada planilha orçamentária conforme parâmetros da Lei 14.133, Artº 23, § 2º (SINAPI, e na sua falta, demais publicações), com os respectivos custos unitários e o quantitativo previsto de cada serviço, aplicando-se o respectivo BDI (BDI de 32,51% Geral para serviços e BDI diferenciado de 24,18% para mero fornecimento de material) e o desconto proposto pela contratada;

6.1.2.1. Serão utilizados os valores referenciais (SINAPI e sistemas/tabelas) do mês de referência mais recente disponível na data de assinatura do Termo Contratual ou do Termo Aditivo que prorrogue a vigência do Contrato;

6.1.3. Será incluído na planilha orçamentária, caso a complexidade do serviço justifique, o item referente à Administração Local (engenheiro, arquiteto, encarregado, etc.), que não ultrapassará 10% do total do valor da Ordem de Serviço;

6.1.4. Será incluído na planilha orçamentária, caso necessário, o item referente ao transporte de materiais e mobilização/desmobilização de equipamentos e mão de obra, conforme parâmetros da Lei 14.133, Artº 23, § 2º (SINAPI, e na sua falta, demais publicações), proporcionalmente à distância entre o município onde será executado o serviço e Campo Grande/MS;

6.1.5. Será estipulado pelo TRE/MS o prazo de execução de cada Ordem de Serviço (O.S.), através de produtividade hora/homem das atividades a serem executadas (conforme índices da Composição de Preços Unitários), podendo ser adotado até o limite de 4 profissionais trabalhando 8 horas por dia simultaneamente (ou seja, limite máximo de 32 horas/homem por dia de serviço), ou ajustado conforme entendimento da área técnica do TRE/MS;

6.1.5.1 Para o mero fornecimento de material/equipamento o prazo para entrega dos insumos é de 2 dias úteis a partir da Ordem de Serviço (O.S.) caso o material/equipamento estiver disponível no comércio local de Campo Grande/MS.

6.1.5.2. Para os insumos não disponíveis no comércio local, o prazo será o estabelecido pelo fornecedor da contratada, desde que comprovado tal situação para a Fiscalização, dentro dos 2 (dois) dias úteis após a emissão da O.S.

6.1.6. Caso seja necessário, a Coordenadoria de Engenharia (COENG) elaborará os Projetos Básicos, Projetos Executivos, Memoriais ou qualquer outra peça que auxilie na execução dos serviços;

6.1.7. Com todas as informações levantadas (local, descrição dos serviços, planilha orçamentária, prazo de execução e projetos/memórias caso haja necessidade), a Fiscalização do contrato solicitará autorização à Direção Geral do TRE/MS (para ratificação quanto à necessidade dos serviços e disponibilidade orçamentária) para emitir a Ordem de Serviço (O.S.), que será encaminhada à contratada, estipulando a data limite para início e término das atividades.

6.1.8. A Fiscalização dos serviços ficará a cargo da Coordenadoria de Engenharia (COENG), que irá atestar a correta execução, elaborar relatório técnico e fotográfico e solicitar a emissão de Nota Fiscal e documentação para pagamento.

6.2. O Regime de Execução a ser adotado é **Empreitada por Preço Unitário**, e será considerado para pagamento o quantitativo de serviços realmente executado. Caso haja diferença no quantitativo de serviço (previsto X executado), a Fiscalização irá considerar para pagamento o quantitativo realmente executado.

6.3. No período de execução dos serviços o prédio permanecerá funcionando normalmente no horário oficial de expediente, de segunda à sexta, das 12h às 18h, devendo a contratada dar total condições para que os serviços do Tribunal não sejam interrompidos.

6.4. Prazo de garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega (finalização da execução), consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor;

6.5. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.

6.6. O período em que o Contratante der causa para que os trabalhos da Contratada fiquem paralisados, ainda que parcialmente, deverão ser objeto de análise da fiscalização, a quem incumbirá definir qual o impacto da paralisação no bom andamento dos trabalhos e no cumprimento do prazo, apontando ao final qual o número de dias que deverá ser dado à Contratada a título de reposição.

Local e horário da prestação dos serviços

6.7. Os serviços serão prestados nos prédios destinados à Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul, situados nas localidades relacionadas no item 3.1 deste Termo de Referência.

6.8. Os serviços serão prestados preferencialmente nos seguintes horários: de segunda-feira à sexta-feira, das 07:00 às 18:00 e sábado, das 07:00 às 12:00.

Materiais a serem disponibilizados

6.9. Todos os materiais e equipamentos empregados na execução dos serviços ou para seu mero fornecimento deve ser de primeira qualidade e serão rejeitados os materiais que não se enquadrarem nas especificações contidas nas Fichas de Especificações Técnicas do Sinapi - Insumos.

Alterações Contratuais

6.10. Sendo necessária a alteração de contrato, por aumento ou supressão de serviços, bem como alteração nos prazos, deverão ser obedecidos todos os normativos legais, em especial a Lei nº 14.133/2021, Resolução CNJ Nº 114/2010, Decreto 7.983/13 e decisões do Tribunal de Contas da União.

6.11. Caso seja efetivada a prorrogação da vigência do contrato, serão utilizados os valores referenciais (SINAPI e sistemas/tabelas) do mês de referência mais recente disponível na data de assinatura do Termo Aditivo que prorrogou o prazo de vigência.

CAPÍTULO VII - MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa ao contrato de prestação dos serviços ficarão a cargo de servidores designados pela Diretoria-Geral do TRE/MS.

7.4.1. Será permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar de informações pertinentes à fiscalização dos serviços, conforme Art. 117 da Lei 14.133/2021.

7.5. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

7.6. O TRE/MS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.7. Após a assinatura do contrato o TRE/MS poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

7.8.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.8.4. Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.8.6. Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.8.7. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8.8. Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.8.9. manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.8.10. formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.9. É assegurado à Fiscalização o acesso a todas as partes do local de execução das atividades para que proceda a inspeção dos materiais e execução dos serviços. A empresa contratada obriga-se a facilitar a fiscalização, fornecendo todos os elementos necessários.

7.10. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa contratada.

7.11. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto à regular execução dos serviços.

7.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.12.1. requisitar o início dos serviços mediante Ordem de Serviço;

7.12.2. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.12.3. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VIII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O valor de cada Ordem de Serviço será definido conforme item 6.1 deste Termo de Referência e as parcelas serão pagas mensalmente, sendo a primeira medição realizada após 30 (trinta) dias do início das atividades.

8.1.1 Caso a contratada finalize a execução das atividades contidas na O.S. em prazo inferior a 30 dias, a medição poderá ser realizada a partir da entrega do serviço.

8.2. As medições serão realizadas pela Fiscalização, que elaborará a planilha com os serviços executados.

8.2.1. A Fiscalização somente irá considerar na medição os materiais e equipamentos empregados no serviço. Em hipótese alguma serão considerados como execução de serviço os materiais entregues, porém não empregados.

8.3. Caso o andamento dos serviços justifique a realização de mais de uma medição mensal, fica desde já autorizada.

8.4. A medição da Administração Local será aferida proporcionalmente aos serviços executados no período, sendo vedado em qualquer momento que a porcentagem da medição acumulada da Administração seja maior do que os serviços executados (em porcentagem).

8.5. Caso seja verificado pela Fiscalização que os itens relativos à Administração Local (Engenheiro/Arquiteto e Encarregado) não estejam sendo executados satisfatoriamente, seja por incapacidade técnica dos funcionários, pelo não cumprimento da carga horária estipulada ou por sua ausência, a Fiscalização notificará a contratada pelo descumprimento de cláusulas contratuais, resultando em abertura de procedimento administrativo específico para apuração de penalidade.

Recebimento

8.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade dos serviços prestados no bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

Liquidação e Pagamento

8.7. Os pagamentos das medições serão efetuados, mediante depósito em conta-corrente informada na proposta da empresa contratada, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e documentação exigida.

8.7.1. A nota fiscal deverá conter data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período e localidade (município) respectivos da execução dos serviços, valores a pagar (material e mão de obra) e valor das retenções tributárias cabíveis.

8.7.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo da cláusula 8.7 ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao órgão contratante.

8.8. Para o pagamento das Notas Fiscais/Faturas a Contratada deverá apresentar:

8.8.1. Certidão Negativa de Debitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa);

8.8.2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

8.8.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante

8.9.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9.2. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.9.3. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.10. Será retida na fonte, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

8.10.1. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que a empresa contratada deverá comprovar perante o Tribunal tal Opção;

8.10.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

8.10.3. Contribuição à Previdência Social.

8.11. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8.12. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, será utilizado, como fator de revisão contratual, a diferença em percentual entre o valor do custo unitário básico do SINAPI do mês de apresentação da proposta e o custo unitário básico do mês da realização da revisão.

8.13. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições

legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CAPÍTULO IX - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção de critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

Regime de Execução

9.2. O regime da contratação será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, cujo valor estimado pelo TRE/MS e que é o preço máximo para esta licitação é de **R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)**.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. A licitante ofertará o **DESCONTO**, em forma percentual, que será aplicado à Tabela Sinapi do mês anterior à data de assinatura do Termo Contratual.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica, conforme o caso ou a natureza da empresa, consistirá em:

9.5. Apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (ata da assembleia de constituição e da eleição da diretoria em exercício, devidamente arquivados e publicados).

9.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.8 . Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

9.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Habilitação Econômico-Financeira

9.13. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

9.13.1. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

9.13.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

9.14. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis

dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.14.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.14.2. O atendimento dos índices econômicos previstos no item 9.14.1 acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.15. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.16 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.17. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

Qualificação Técnica

9.18. As exigências de qualificação técnicas estão previstas no Capítulo IV, cláusulas 4.2 e 4.3 deste Termo de Referência.

CAPÍTULO X - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 14112;

11.2.2. Fonte de Recursos: **20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e 219Z - Reforma de Cartório Eleitoral em Campo Grande;**

11.2.3. Programa de Trabalho: Programa de Trabalho **respectivamente 02.122.0033.20GP.0054 e 02.122.0033.219Z.0054;**

11.2.4. Elemento de Despesa: 3390.39.16;

11.2.5. Plano Interno: IEF MANPRE e MS RCARCAMP

CAPÍTULO XI - DA SEGURANÇA DOS TRABALHOS.

11.1. Deverão ser observadas em todo o período de execução do contrato as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial: NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, NR 35 - Trabalho em Altura, bem como a NBR 12.284 - Áreas de Vivência no Canteiro de Obras, referentes à segurança do trabalho em obras de construção.

11.2. São obrigações da contratada: fornecer os EPIs-Equipamentos de Proteção Individual (capacete, botina, luvas, cintos de segurança, óculos de proteção, entre outros de acordo com os serviços em execução) e cobrar sua utilização pelos seus operários, e ainda, oferecer treinamento, fornecer ambientes seguro (EPC-Equipamentos de Proteção Coletiva) e estimular o comportamento seguro, de forma a evitar acidentes de trabalho.

11.3. O fornecimento dos EPI e EPC e a utilização pelos operários são de inteira responsabilidade da contratada e seu responsável técnico.

CAPÍTULO XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. O responsável técnico pelo serviço descrito neste Termo de Referência deverá gerenciar toda a parte técnica, primando sempre pela correta execução, devendo orientar, corrigir e autorizar as atividades, respeitando sempre as normas vigentes, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização.

12.2. Fazer-se representar perante a Fiscalização exclusivamente por responsável técnico, devidamente habilitado, na área da construção civil, devendo todos os assuntos inerentes às atividades (medições, detalhes de projetos, etc.) serem realizados e discutidos com a fiscalização através de técnico indicado pela Contratada.

12.3. Toda e qualquer solicitação/informação da Contratada ao Contratante, só produzirá seus efeitos legais quando assinada pelo responsável técnico, devidamente habilitado.

12.4. Em hipótese alguma será admitida a substituição do responsável técnico, devidamente habilitado, por pessoa leiga, ainda que seja o proprietário da empresa, devendo, no caso de sua saída, substituí-lo

por outro que contenha os pré-requisitos exigidos neste Termo de Referência.

12.5. Executar os serviços na forma determinada neste Termo de Referência, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.

12.6. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços ou Ofícios, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização das atividades.

12.7. Manter no local do serviço responsável técnico, devidamente habilitado, que assuma, perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica por todos os serviços até o seu recebimento definitivo e que detenha poderes suficientes para deliberar sobre qualquer questão referente às atividades.

12.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal, seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

12.9. Responsabilizar-se perante seus operários e terceirizados por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, como por exemplo: salários, encargos sociais, trabalhistas, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas, e ainda, pelas despesas perante seus fornecedores decorrentes da execução das atividades.

12.10. Aplicar materiais de primeira qualidade, conforme especificado nas Fichas de Especificações Técnicas do SINAPI.

12.11. Contratar mão de obra altamente especializada para a execução dos serviços, de forma a garantir a qualidade e manter no local das atividades, operários de diversas especialidades e número suficiente que garanta o ritmo ideal do serviço, de forma que todas as etapas sejam cumpridas dentro do prazo, e, por conseguinte, a entrega no prazo.

12.12. Retirar imediatamente após receber o Ofício, todo o material rejeitado pela Fiscalização e corrigir, reconstruir, substituir ou desmanchar e refazer, às suas expensas, os serviços não aceitos e/ou serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados.

12.13. Comunicar à Fiscalização qualquer substituição que porventura venha ocorrer em sua equipe técnica, devendo o novo responsável técnico, devidamente habilitado, contratado ter os pré-requisitos solicitados quando da licitação.

12.14. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução das atividades, em conformidade com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente e cumprir as disposições nelas previstas acerca de medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se perante o contratante e a terceiros por danos causados.

12.15. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

12.16. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de Habilitação da licitação.

12.17. Remover o entulho e todos os materiais que sobraem, promovendo a limpeza das atividades periodicamente.

12.18. Retirar do local das atividades imediatamente, após o recebimento de Ofício, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil para com a Fiscalização.

12.19. Fornecer e conservar pelo período que for necessário, equipamento mecânico e ferramental adequado e contratar mão-de-obra idônea e especializada, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, encarregados e responsável técnico que possam assegurar o progresso satisfatório das atividades.

12.20. Fornecer todo material, equipamento, mão-de-obra, assim como responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes da realização das atividades, causados ao Contratante ou a terceiros.

12.21. É vedado à Contratada interromper unilateralmente os serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante se o prazo de atraso do pagamento for inferior a 2 meses (art. 137, § 2º, IV, da Lei nº 14.133/2021)

12.22. Se solicitado pela Fiscalização, fornecer planilha de programação das compras dos materiais para os serviços (obedecer ao andamento dos serviços previsto no prazo estipulado).

12.23. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

12.24. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

12.24.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

12.25. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

12.26. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO XIII - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

13.1. A Contratada deverá adotar as seguintes medidas, quanto à sustentabilidade e acessibilidade:

- 13.1.1. Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- 13.1.2. Utilização de andaimes preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- 13.1.3. Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas edificações devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- 13.1.4. Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações;
- 13.1.5. Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, de fechamento automático, sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo;
- 13.1.6. Setorização adequada de comandos de iluminação (interruptores) com vistas ao aproveitamento da luz natural e utilização de sensores de presença, onde se aplicar;
- 13.1.7. Uso de lâmpadas de LED de alta eficiência energética, qualidade e durabilidade, e luminárias eficientes;
- 13.1.8. Construção de rampas com inclinação adequada para acesso dos pedestres com dificuldades de locomoção;
- 13.1.9. Adequação de sanitários;
- 13.1.10. Reserva de vagas para cadeirante nas salas de espera;
- 13.1.11. Instalação de piso tátil direcional e de alerta, quando necessário;
- 13.1.12. Adaptação de mobiliário, portas e corredores em todas as dependências e em todos os acessos.

CAPÍTULO XIV - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades descritas neste Termo de Referência.
- 14.2. Efetuar o pagamento dos serviços após a apresentação da competente Nota Fiscal e demais documentos.
- 14.3. Pagar os tributos e taxas cobrados pelos órgãos de controle (Prefeitura, Bombeiros, etc.), inerentes ao serviço, se houver, e que forem de titularidade da contratante.

Engº Civil DIOGO CAMPOS DOS ANJOS
CREA/MS 11.015D
COORDENADOR DE ENGENHARIA
INTEGRANTE DEMANDANTE/TÉCNICO

GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 11/09/2024, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1718909** e o código CRC **EA5DFFD4**.



0000170-83.2023.6.12.8000

1718909v10